

## Apontamentos de Aula – Livre Arbítrio (2)

### 1. Determinismo

Para formular o problema da incompatibilidade usámos uma concepção determinista de causalidade (embora não tenhamos mencionado esta palavra). Perguntámos se, tendo Heitor a personalidade que tinha, enfrentar Aquiles seria (ou não) inevitável. E comparámos a situação de Heitor com o caso, mais simples, de um pedaço de giz que cai se abrimos os dedos que o seguram.

Tal como a queda do giz, o comportamento de Heitor teve uma causa. Mas o que é, então, o determinismo?

O determinismo é a concepção segundo a qual todo o acontecimento B tem como causa um acontecimento anterior A, de tal modo que, segundo as leis da natureza, B é uma consequência de A: sendo as leis da natureza o que são, e tendo-se verificado A, ocorrer B é inevitável. Retomemos o exemplo do giz: tendo largado o giz que segurava nos dedos (acontecimento A) e sendo as leis da natureza o que são (neste caso as leis da gravidade) a queda do giz é inevitável (acontecimento B). E o mesmo parece acontecer nos restantes casos analisados.

Podemos, então, dizer o seguinte: uma situação, seja ela qual for, pode ser explicada deterministicamente quando:

A ocorrência de um acontecimento X é uma consequência inevitável (e não apenas provável) das causas que o antecedem, em conjunto com as leis da natureza.

Como se vê, esta ideia tinha já sido introduzida anteriormente (a propósito de Heitor e de outros casos).

Mas podemos tirar dela uma conclusão geral: segundo o determinismo, tudo o que acontece no universo é a consequência inevitável do seu estado anterior em conjunto com as leis da natureza. Recuemos por momentos às primeiras causas do universo. No primeiro instante teríamos o Big Bang, depois, entre o Big Bang e o seu estado actual, uma longa cadeia de acontecimentos em que cada um determina o seguinte. Durante esta cadeia de acontecimentos formaram-se estrelas, galáxias, outras desapareceram, etc., mas sempre de acordo com causas anteriores e seguindo sempre as leis naturais. A história do universo seria uma longa sequência cuja ordem não poderia ser diferente da que foi, e que resultou directamente das leis da natureza em conjunto com o estado da situação anterior ao Big Bang. Aquilo que afirmámos acerca do pedaço de giz pode ser aplicado ao universo no seu conjunto.

Durante muito tempo, esta ideia esteve presente em física, e ainda hoje são muitos os cientistas que a aceitam; Einstein, por exemplo, foi um deles: nada na natureza sucede por acaso.

Esta concepção de causalidade está também presente na física de Newton, embora possa passar despercebida. Se pensarmos na fórmula  $F = ma$  compreendemos que o valor de  $F$ ,  $m$  ou  $a$ , depende inevitavelmente dos valores conjugados dos outros dois factores, de modo que sabendo a massa de um corpo e o valor da sua aceleração, podemos determinar o valor de  $F$  não apenas como um sendo valor provável mas como algo de que poderemos estar totalmente certos.

Na verdade, durante séculos, a ciência propôs-nos uma visão determinista do mundo e, por esse motivo, o problema do livre arbítrio foi entendido como o de saber se a imagem

que temos de nós próprios enquanto agentes livres seria conciliável com uma concepção científica do mundo.

Entendido deste modo, o problema do livre arbítrio pode ser formulado da seguinte maneira:

Será o determinismo conciliável com a existência de agentes livres?

Note-se que esta é uma maneira sintética de chamar a atenção para o facto de o determinismo implicar que tudo o que acontece (incluindo as nossas acções e movimentos corporais) é uma consequência inevitável de acontecimentos anteriores que os causaram de acordo com as leis da natureza, e que ser livre implica que o agente podia ter evitado fazer o que fez. Há, portanto, entre estas duas ideias um choque que tanto pode ser real como apenas aparente.

A resposta incompatibilista a este problema é que o choque (a inconsistência) não é só aparente:

Se o determinismo é verdadeiro, então não há acções livres.

A resposta compatibilista, pelo contrário, nega que exista realmente inconsistência entre estes conceitos:

O determinismo é verdadeiro e existem acções livres.

Convém notar que a posição incompatibilista consiste em afirmar que determinismo e livre arbítrio são inconsistentes; mas esta posição só por si não diz qual das alternativas é verdadeira. Partimos do princípio de que uma exclui a outra, mas resta ainda mostrar qual delas é o caso.

O problema do livre arbítrio, na sua formulação completa, implica colocar mais duas questões:

Questão 1

Será o determinismo verdadeiro?

Questão 2

Existe livre arbítrio?

Note que um compatibilista responde SIM a ambas as perguntas (o compatibilista pode fazê-lo porque considera que liberdade e determinismo são consistentes, ou seja, que uma acção pode ser em simultâneo determinada e livre). Mas o mesmo não acontece com o incompatibilista.

No caso do incompatibilista, responder SIM a uma delas implica responder NÃO à outra. Isto dá-nos as duas posições incompatibilistas tradicionais: (i) os incompatibilistas que defendem que o determinismo é verdadeiro; (ii) os incompatibilistas que defendem que

existe livre arbítrio. Os incompatibilistas que respondem afirmativamente à primeira questão designam-se deterministas radicais; os que respondem afirmativamente à segunda questão designam-se libertistas.

Podemos, então, observar que os deterministas radicais baseiam a sua posição no seguinte argumento A:

- |   |
|---|
| <p>(1) Se o determinismo é verdadeiro, não há acções livres<br/> (2) O determinismo é verdadeiro<br/> ∴ Não há livre arbítrio</p> |
|---|

Os libertistas baseiam-se também em duas premissas, mas tiram outra conclusão. O argumento B completo é:

- |   |
|---|
| <p>(1) Se o determinismo é verdadeiro, não há livre arbítrio<br/> (2) Há livre arbítrio<br/> ∴ O determinismo é falso</p> |
|---|

Qualquer destes argumentos é válido. Assim, num caso como noutro, se aceitarmos ambas as premissas temos de aceitar a conclusão. O nosso objectivo, dado que estamos interessados em conhecer melhor cada uma destas teorias, é saber em que se baseiam os seus defensores para afirmar que partem de premissas verdadeiras. A nossa investigação terá dois momentos.

Primeiro, examinaremos dois argumentos a favor da posição incompatibilista. Estes argumentos dar-nos-ão razões para aceitarmos a primeira premissa. Depois, num segundo momento, procuraremos ver em que se baseiam os defensores do determinismo (segunda premissa do argumento A); finalmente, veremos algumas das razões em que se apoiam os defensores do livre arbítrio (a segunda premissa do argumento B). Eis em esquema as três posições sobre o problema:

Teorias	Liberdade e determinismo são compatíveis?	Será o determinismo verdadeiro?	Será que temos livre arbítrio?
Determinismo Radical	Não	Sim	Não
Libertismo	Não	Não	Sim
Determinismo Moderado	Sim	Sim	Sim

## 2. Argumentos a favor do incompatibilismo

Iremos ver em seguida dois argumentos tradicionais a favor do incompatibilismo. O primeiro pode ser designado por Argumento da Causalidade à Distância, embora o nome seja pouco importante.

Mas antes de apresentar este argumento convém notar o seguinte. Ambos têm como objectivo provar que o incompatibilismo é verdadeiro. Ambos são dedutivos e ambos terão

obrigatoriamente como conclusão a tese incompatibilista “Se o determinismo é verdadeiro, então não há acções livres”. Afinal, é exactamente isto que se quer justificar. Uma vez que os argumentos são válidos, se as premissas forem todas verdadeiras, dão-nos uma prova racional (uma demonstração) de que o incompatibilismo é verdadeiro. De igual modo, se defendermos uma posição compatibilista, temos de mostrar que pelo menos uma premissa é falsa (e qual).

### Argumento da Causalidade à Distância

(1) Se o determinismo é verdadeiro, as acções que um agente pratica são causadas por factores fora do seu controlo (genes e meio ambiente)

(2) Se uma acção escapa ao controlo do agente (se não depende de si), não somos responsáveis pela acção

Então, isto significa que:

(3) Se o determinismo é verdadeiro, não somos responsáveis pelas acções que praticamos.

Mas, dada a relação que há entre liberdade e responsabilidade,

(4) Se não somos responsáveis pelas acções que praticamos, não somos livres.

∴ Se o determinismo é verdadeiro, então não somos livres.

### Análise do Argumento

#### Premissa 1

Esta premissa limita-se a aplicar o conceito de determinismo às acções humanas e a chamar a atenção para o facto de cada acção que praticamos ter causas muito distantes no tempo. Vejamos o caso de Heitor. A sua personalidade formou-se muito antes de Heitor ter enfrentado Aquiles. No entanto, a decisão que tomou foi causada pela sua personalidade (se Heitor não fosse corajoso e honesto não teria enfrentado Aquiles); por sua vez, a sua personalidade foi causada pelos seus genes e pelo ambiente em que cresceu e foi educado (meio físico e social). Portanto, poderemos dizer, recuando na sequência de causas até ao passado, que os seus genes, em conjunto com o meio, causaram a acção de Heitor. (No sentido em que, num choque em cadeia de quatro bolas de bilhar, se diz que o movimento da primeira causou o movimento da quarta.) Ora, Heitor não escolheu os seus genes nem o meio em que cresceu; daí não ter sobre eles qualquer controlo (não dependia dele evitar serem o que foram).

#### Premissa 2

Esta premissa sublinha uma importante relação entre liberdade e responsabilidade, tal como a entendemos vulgarmente. Vejamos um exemplo. Estou na fila da cantina e atrás de mim alguém me empurra. Não pude evitar cair sobre a pessoa que está à minha frente, que se magoa. Poderei ser responsabilizado pelo sucedido? A resposta é não. Resta saber porquê: é que, por um lado, não magoei a pessoa intencionalmente; e por outro, não podia

evitar cair sobre ela. Como não o podia evitar, não estava em meu poder praticar ou não a acção; logo, não posso ser responsabilizado por ela. Assim, esta premissa limita-se a dizer que somos responsáveis apenas pelas acções que dependem de nós – que está em nosso poder praticar (ou não).

### Passo 3

Este ponto do argumento deduz-se das premissas anteriores. Se o determinismo ser verdadeiro implica ausência de controlo sobre as acções, e se a ausência de controlo sobre as acções implica ausência de responsabilidade, então o determinismo implica ausência de responsabilidade. Compare este raciocínio com o seguinte de modo a verificar que são do mesmo tipo: A é maior que B e B é maior que C; logo, A é maior que C. Ambos formam uma cadeia lógica.

Há, no entanto, um importante aspecto a sublinhar a respeito deste passo. É que se vê agora qual a principal motivação para a discussão do problema do livre arbítrio tal como o formulámos. Tudo indica que o determinismo ser verdadeiro obriga a pôr em causa uma das nossas práticas mais básicas: a atribuição de responsabilidade aos agentes. Não tem sentido algum elogiar ou censurar alguém por ter feito precisamente aquilo que não podia evitar fazer. Mas é isto que se passa caso os agentes não tenham controlo sobre as acções que praticam.

### Premissa 4

Esta premissa recorre de novo à relação entre liberdade e responsabilidade, tal como é vulgar entendê-la. Vejamos em que consiste. O exemplo da fila da cantina mostrou que só somos responsáveis pelas acções que podíamos ter evitado – portanto, pelas acções que praticamos livremente. Sendo assim, só não podemos ser responsabilizados pelas acções que não praticamos livremente. Donde, não ser responsável por uma acção implica não ter agido livremente.

### Conclusão

A conclusão do argumento é uma consequência lógica de tudo o que foi afirmado anteriormente.

Cada passo do raciocínio forma um elo numa cadeia que nos leva da hipótese de o determinismo ser verdadeiro à conclusão de que, nesse caso, não há livre arbítrio. Para se compreender isto basta verificar que a conclusão se segue do passo três em conjunto com a premissa quatro.

O passo três do raciocínio diz que o determinismo ser verdadeiro implica ausência de responsabilidade. A premissa quatro afirma que a ausência de responsabilidade (não ser responsabilizável) implica não ser livre. Segue-se, pois, que o determinismo ser verdadeiro implica não haver liberdade.

### Argumento da Inevitabilidade

- (1) Se o determinismo é verdadeiro, as nossas acções não podiam ser diferentes do que são.
  - (2) Se as nossas acções não podiam ser diferentes do que são, então não temos livre arbítrio.
- ∴ Se o determinismo é verdadeiro, então não somos livres.

## Análise do Argumento

Este argumento não contém qualquer novidade relativamente ao anterior. Num certo sentido, poderá ser considerado uma versão simplificada do anterior, não recorrendo ao conceito de responsabilidade. Neste sentido, pode ser considerado menos interessante que o anterior.

### Premissa 1

Esta premissa afirma que em cada momento existe um e apenas um curso de acção possível dadas as causas que o antecedem, em conjunto com as leis da natureza. Daí a importância dada à inevitabilidade. Esta afirmação constitui a explicitação do conceito de determinismo.

### Premissa 2

Esta premissa evoca o conceito de liberdade, segundo o qual uma acção é livre se, e só se, o agente tem mais do que um curso alternativo de acção ao seu dispor, não sendo inevitável fazer o que faz.

### Conclusão

A conclusão é uma consequência lógica das premissas. Se o determinismo implica haver um só curso de acção disponível ao agente em cada momento, e se haver um só curso de acção disponível ao agente em cada momento implica não sermos livres, então o determinismo implica não sermos livres. Note-se que o argumento não prova a verdade do determinismo.

Limita-se a defender o seguinte resultado: a inconsistência entre os conceitos de determinismo e liberdade.

## 3. Indeterminismo

Os resultados anteriores sugerem que na hipótese de o determinismo ser verdadeiro, não há livre arbítrio; e que, não havendo livre arbítrio, a atribuição de responsabilidade aos agentes não tem razão de ser (um fundamento racional). Mas será que o determinismo ser falso melhora as coisas? Abriríamos caminho à liberdade e à responsabilização moral dos agentes?

A resposta é NÃO. Para percebermos porquê é necessário analisar em que consiste o determinismo ser falso.

Definimos determinismo como uma teoria que afirma o seguinte: a ocorrência de um acontecimento X é uma consequência inevitável (e não apenas provável) das causas que o antecedem, em conjunto com as leis da natureza. E ilustrámos esta ideia com a queda de um pedaço de giz.

Mas se esta ideia for falsa, o que terá de acontecer? A resposta é: o determinismo é falso se houver acontecimentos que não sejam a consequência inevitável das causas que o antecedem, mas apenas a sua consequência provável. Isto dá-nos a seguinte definição de indeterminismo:

A ocorrência de um acontecimento X é uma consequência provável (mas não inevitável) das causas que o antecedem, em conjunto com as leis da natureza.

Um exemplo simples que pode ser usado como ilustração da ideia indeterminista é o seguinte. No filme *O Caçador*, sobre a guerra do Vietname, alguns grupos de guerrilheiros

nacionalistas sujeitavam os prisioneiros americanos a um jogo chamado roleta russa, que também era praticado em certos casinos. O jogo consiste em colocar uma bala na câmara de um revólver, deixando vazias as outras cinco câmaras. O árbitro roda o canhão da arma antes de a entregar a cada jogador para que haver (ou não) uma bala na câmara dependa da interferência do acaso. O jogador tem  $1/6$  de probabilidades de morrer ao disparar a arma contra si próprio, e  $5/6$  probabilidades de sobreviver. Mas, apesar da intervenção do acaso, o disparo, quando ocorre, tem uma causa: se não tivesse havido pressão no gatilho, não haveria disparo e o acaso não teria oportunidade de interferir para decidir a sorte do jogador.

Assim, se esta descrição estiver correcta, há acontecimentos que têm causa mas, ter uma causa, e sendo as leis da natureza o que são, não os torna inevitáveis. A física do século XX, por exemplo, ao explorar o que se passa no interior dos átomos, tem sobre esses fenómenos uma visão indeterminista, que ainda hoje serve de pretexto para muitos debates.

Podemos então dizer que aqueles acontecimentos que, apesar de terem uma causa, não são inevitáveis, devem a sua ocorrência à intervenção do acaso. Quer isto dizer que nos tornaríamos livres se o mesmo acontecesse com as nossas acções? A resposta é negativa.

Para sermos livres, temos de ter controle sobre as nossas acções (somos nós quem tem a última palavra, praticar ou não a acção apenas depende de nós). Ora, é claro que não temos qualquer controle sobre o que acontece por acaso. Não nos tornaríamos mais responsáveis por uma acção resultante do acaso do que por uma acção que não estivesse em nosso poder evitar.

Isto mostra que o problema do livre arbítrio não ficará resolvido se o determinismo for falso.